

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	21
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	22
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	76
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.142.194
Preferenciais	450.003
Total	4.592.197
Em Tesouraria	
Ordinárias	14.135
Preferenciais	0
Total	14.135

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2010	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2010	Ordinária		0,75670
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2010	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2010	Preferencial		0,83240
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2011	Ordinária		0,59480
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2011	Preferencial		0,65430
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	28/04/2011	Ordinária		0,59480
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	28/04/2011	Preferencial		0,65430

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	376.499	333.054	275.369
1.01	Ativo Circulante	304.960	274.743	226.522
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.421	6.501	8.814
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.664	31.935	9.574
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.664	31.935	9.574
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	12.664	31.935	9.574
1.01.03	Contas a Receber	113.046	92.448	86.096
1.01.03.01	Clientes	107.386	88.091	80.877
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.660	4.357	5.219
1.01.04	Estoques	172.355	143.084	117.962
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.474	775	4.076
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.474	775	4.076
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	999	84	3.308
1.01.06.01.02	Demais impostos a recuperar	475	691	768
1.02	Ativo Não Circulante	71.539	58.311	48.847
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.186	9.306	9.152
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.075	2.869	2.304
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.075	2.869	2.304
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.111	6.437	6.848
1.02.01.09.03	Demais Impostos a Recuperar	698	502	343
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	5.486	4.191	5.033
1.02.01.09.05	Outros Ativos	1.927	1.744	1.472
1.02.02	Investimentos	11.171	9.307	7.650
1.02.02.01	Participações Societárias	11.171	9.307	7.650
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.171	9.307	7.650
1.02.03	Imobilizado	44.430	35.035	27.956
1.02.04	Intangível	4.752	4.663	4.089
1.02.04.01	Intangíveis	4.752	4.663	4.089

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	4.752	4.663	4.089

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	376.499	333.054	275.369
2.01	Passivo Circulante	179.076	156.762	123.592
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.600	9.716	8.101
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.855	2.298	1.389
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.745	7.418	6.712
2.01.02	Fornecedores	129.880	109.357	83.412
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	129.880	109.357	83.412
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.810	12.968	16.382
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.390	1.821	777
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	733	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.390	1.088	777
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11.392	11.122	15.586
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	28	25	19
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.235	2.587	2.347
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.013	2.004	1.088
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.013	2.004	1.088
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	222	583	1.259
2.01.05	Outras Obrigações	19.859	20.091	11.558
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.020	947	877
2.01.05.02	Outros	18.839	19.144	10.681
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.465	3.270	178
2.01.05.02.04	Participações a Pagar	5.627	5.755	1.126
2.01.05.02.05	Outros Passivos	9.747	10.119	9.377
2.01.06	Provisões	1.692	2.043	1.792
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.692	2.043	1.792
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.692	1.030	830
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	578	962
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	435	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02	Passivo Não Circulante	24.389	24.431	18.957
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.599	17.272	12.164
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.554	17.003	11.478
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	17.554	17.003	11.478
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	45	269	686
2.02.02	Outras Obrigações	1.145	2.449	3.003
2.02.02.02	Outros	1.145	2.449	3.003
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	1.145	2.449	3.003
2.02.03	Tributos Diferidos	322	473	386
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322	473	386
2.02.04	Provisões	5.323	4.237	3.404
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.323	4.237	3.404
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	599	638	133
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.092	2.402	1.931
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.632	1.197	1.340
2.03	Patrimônio Líquido	173.034	151.861	132.820
2.03.01	Capital Social Realizado	148.000	129.500	124.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	276	353	504
2.03.04	Reservas de Lucros	24.758	22.008	8.316
2.03.04.01	Reserva Legal	3.785	2.288	1.216
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.623	1.261	2.013
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-962	-1.504	-234
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	20.312	19.963	5.321

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.187.800	1.070.777	928.436
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-936.492	-844.016	-771.579
3.03	Resultado Bruto	251.308	226.761	156.857
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-198.427	-180.980	-143.388
3.04.01	Despesas com Vendas	-200.645	-172.911	-140.134
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.609	-19.732	-21.440
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.963	10.006	16.939
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.864	1.657	1.247
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.881	45.781	13.469
3.06	Resultado Financeiro	-10.551	-5.437	-742
3.06.01	Receitas Financeiras	4.464	5.446	5.463
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.015	-10.883	-6.205
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.330	40.344	12.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.557	-10.647	-3.038
3.08.01	Corrente	-11.914	-11.125	-2.219
3.08.02	Diferido	357	478	-819
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.773	29.697	9.689
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.773	29.697	9.689
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,6537	6,4315	2,0769
3.99.01.02	PN	6,6412	6,4019	2,0753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	6,6537	6,4315	2,0769
3.99.02.02	PN	6,6412	6,4019	2,0753

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.398	37.648	8.731
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.453	36.850	12.576
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	30.773	29.697	9.689
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	7.598	6.674	5.719
6.01.01.03	Provisão para passivos contingentes	735	1.084	-3.139
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-1.864	-1.657	-1.247
6.01.01.05	Custo do permanente baixado ou vendido	277	51	237
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-357	-478	1.259
6.01.01.07	Provisão para perda com estoques	610	-240	-27
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	-352	643	-612
6.01.01.09	Juros provisionados	1.033	1.076	697
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.055	798	-3.845
6.01.02.01	(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	-18.943	-7.857	-5.584
6.01.02.02	(Aumento) redução dos estoques	-29.881	-24.882	-4.389
6.01.02.03	(Aumento) redução dos depósitos judiciais	-1.295	842	-984
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos de renda e contribuição social a recuperar	-915	3.224	1.774
6.01.02.05	(Aumento) redução demais impostos a recuperar	20	-82	0
6.01.02.06	Aumento (redução) de fornecedores	20.523	25.945	-3.682
6.01.02.07	(Aumento) redução de pagamentos de IRPJ e CSLL	-2.501	-8.678	3.048
6.01.02.08	Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	-172	-3.793	10.097
6.01.02.09	Aumento (redução) de credores diversos	-5.749	6.102	2.339
6.01.02.10	(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	3.766	-4.660	-2.399
6.01.02.11	Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	3.092	14.637	-4.065
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.359	-14.378	-12.642
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-15.272	-12.194	-10.054
6.02.02	Aquisição de intangível	-2.087	-2.184	-2.588
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.390	-3.222	4.364
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.442	-6.060	-4.370

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.02	Mutuos com partes relacionadas	72	70	85
6.03.03	Aquisição de ações próprias	-962	-1.504	-234
6.03.04	Captações de empréstimos/financiamentos (principal)	4.052	7.656	11.019
6.03.05	Arrendamentos mercantis efetuados	0	190	815
6.03.06	Pagamento de arrendamento mercantis	-737	-1.583	-1.856
6.03.07	Amortização de principal e juros de financiamentos	-3.373	-1.991	-1.095
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.351	20.048	453
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.436	18.388	17.935
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.085	38.436	18.388

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	129.500	-1.504	23.865	0	0	151.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	129.500	-1.504	23.865	0	0	151.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.500	542	-19.642	-9.000	0	-9.600
5.04.01	Aumentos de Capital	18.500	0	-18.500	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-962	0	0	0	-962
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.000	0	-9.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	1.504	-1.504	0	0	0
5.04.09	Deliberação Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	-1.261	0	0	-1.261
5.04.10	Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	1.623	0	0	1.623
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.773	0	30.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.773	0	30.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.773	-21.773	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.850	-21.850	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-77	77	0	0
5.07	SalDOS Finais	148.000	-962	25.996	0	0	173.034

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	124.000	-234	9.054	0	0	132.820
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	124.000	-234	9.054	0	0	132.820
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500	-1.270	-6.486	-8.400	0	-10.656
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500	0	-5.500	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.504	0	0	0	-1.504
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.400	0	-8.400
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	234	-234	0	0	0
5.04.09	Deliberação Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	-2.013	0	0	-2.013
5.04.10	Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	1.261	0	0	1.261
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.697	0	29.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.697	0	29.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.297	-21.297	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.448	-21.448	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-151	151	0	0
5.07	SalDOS Finais	129.500	-1.504	23.865	0	0	151.861

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	116.000	-1.779	11.166	0	0	125.387
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	366	0	366
5.02.01	Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	0	0	0	366	0	366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	116.000	-1.779	11.166	366	0	125.753
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.000	1.545	-7.766	-4.401	0	-2.622
5.04.01	Aumentos de Capital	8.000	0	-8.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-234	0	0	0	-234
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.401	0	-4.401
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	1.779	-1.779	0	0	0
5.04.09	Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	2.013	0	0	2.013
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.689	0	9.689
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.689	0	9.689
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.654	-5.654	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.805	-5.805	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-151	151	0	0
5.07	Saldos Finais	124.000	-234	9.054	0	0	132.820

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	1.304.245	1.161.098	1.016.548
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.279.930	1.160.213	1.012.260
7.01.02	Outras Receitas	23.963	1.528	3.676
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	352	-643	612
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.053.284	-951.062	-850.174
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-970.865	-880.520	-790.305
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.144	-70.036	-58.588
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.275	-506	-1.281
7.03	Valor Adicionado Bruto	250.961	210.036	166.374
7.04	Retenções	-7.304	-6.674	-5.719
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.304	-6.674	-5.719
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	243.657	203.362	160.655
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.328	29.465	30.775
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.864	1.657	1.247
7.06.02	Receitas Financeiras	4.464	27.808	29.528
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	249.985	232.827	191.430
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	249.985	232.827	191.430
7.08.01	Pessoal	90.775	77.808	63.797
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.611	58.140	52.102
7.08.01.02	Benefícios	9.650	13.807	6.602
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.514	5.861	5.093
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86.223	77.952	81.410
7.08.02.01	Federais	33.424	27.031	17.419
7.08.02.02	Estaduais	51.736	49.821	63.162
7.08.02.03	Municipais	1.063	1.100	829
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.214	47.370	36.534
7.08.03.01	Juros	15.015	24.799	17.429
7.08.03.02	Aluguéis	27.199	22.571	19.105

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.773	29.697	9.689
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.000	8.400	4.401
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.773	21.297	5.288

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	377.105	333.081	275.749
1.01	Ativo Circulante	314.471	282.222	232.795
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.668	6.601	8.835
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.641	35.169	11.466
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	16.641	35.169	11.466
1.01.03	Contas a Receber	114.693	93.301	86.881
1.01.03.01	Clientes	108.686	88.835	81.574
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.007	4.466	5.307
1.01.04	Estoques	175.912	146.304	121.461
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.557	847	4.152
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.557	847	4.152
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	1.030	113	3.336
1.01.06.01.02	Demais impostos a Recuperar	527	734	816
1.02	Ativo Não Circulante	62.634	50.859	42.954
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.484	9.661	9.340
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.320	3.115	2.394
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.320	3.115	2.394
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.164	6.546	6.946
1.02.01.09.03	Demais Impostos a Recuperar	698	502	343
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	5.534	4.286	5.118
1.02.01.09.05	Outros Ativos	1.932	1.758	1.485
1.02.03	Imobilizado	46.343	36.488	29.469
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	46.343	36.488	29.469
1.02.04	Intangível	4.807	4.710	4.145
1.02.04.01	Intangíveis	4.807	4.710	4.145
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	4.807	4.710	4.145

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	377.105	333.081	275.749
2.01	Passivo Circulante	179.009	156.276	123.691
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.854	9.968	8.347
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.923	2.348	1.439
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.931	7.620	6.908
2.01.02	Fornecedores	129.123	108.290	83.231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	129.123	108.290	83.231
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.807	13.957	16.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.707	2.170	976
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	764	6
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	1.694	1.406	970
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.070	11.757	15.924
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30	30	20
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.252	2.600	2.517
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.030	2.017	1.258
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.030	2.017	1.258
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	222	583	1.259
2.01.05	Outras Obrigações	19.281	19.418	10.884
2.01.05.02	Outros	19.281	19.418	10.884
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.465	3.270	178
2.01.05.02.04	Participações a Pagar	5.747	5.903	1.133
2.01.05.02.05	Outros Passivos	10.069	10.245	9.573
2.01.06	Provisões	1.692	2.043	1.792
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.692	2.043	1.792
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.692	1.030	830
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	578	962
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	435	0
2.02	Passivo Não Circulante	25.062	24.944	19.238

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.611	17.301	12.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.566	17.032	11.584
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	17.566	17.032	11.584
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	45	269	687
2.02.02	Outras Obrigações	1.145	2.449	3.003
2.02.02.02	Outros	1.145	2.449	3.003
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	1.145	2.449	3.003
2.02.03	Tributos Diferidos	322	473	386
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322	473	386
2.02.04	Provisões	5.984	4.721	3.578
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.984	4.721	3.578
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	599	918	232
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.753	2.606	2.006
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.632	1.197	1.340
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	173.034	151.861	132.820
2.03.01	Capital Social Realizado	148.000	129.500	124.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	276	353	504
2.03.04	Reservas de Lucros	24.758	22.008	8.316
2.03.04.01	Reserva Legal	3.785	2.288	1.216
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.623	1.261	2.013
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-962	-1.504	-234
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	20.312	19.963	5.321

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.190.659	1.074.630	933.239
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-934.349	-843.226	-773.057
3.03	Resultado Bruto	256.310	231.404	160.182
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-202.694	-184.916	-146.393
3.04.01	Despesas com Vendas	-202.371	-174.787	-141.275
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.295	-20.150	-22.068
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.972	10.021	16.950
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.616	46.488	13.789
3.06	Resultado Financeiro	-10.386	-5.425	-579
3.06.01	Receitas Financeiras	4.811	5.644	5.646
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.197	-11.069	-6.225
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.230	41.063	13.210
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.457	-11.366	-3.521
3.08.01	Corrente	-12.813	-12.000	-2.563
3.08.02	Diferido	356	634	-958
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.773	29.697	9.689
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	30.773	29.697	9.689
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	30.773	29.697	9.689
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,6537	6,4315	2,0769
3.99.01.02	PN	6,6412	6,4019	2,0753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	6,6537	6,4315	2,0769
3.99.02.02	PN	6,6412	6,4019	2,0753

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.081	39.630	10.209
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.733	39.040	14.150
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	30.773	29.697	9.689
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	7.833	6.962	5.990
6.01.01.03	Provisão para passivos contingentes	912	1.394	-3.139
6.01.01.05	Custo do permanente baixado ou vendido	279	52	238
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-356	-634	1.250
6.01.01.07	Provisão para perda com estoques	583	-186	-1
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	-326	643	-612
6.01.01.09	Juros provisionados	1.035	1.112	735
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.652	590	-3.941
6.01.02.01	(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	-19.524	-7.905	-5.474
6.01.02.02	(Aumento) redução dos estoques	-30.191	-24.657	-4.602
6.01.02.03	(Aumento) redução dos depósitos judiciais	-1.248	832	-1.018
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos de renda e contr. social a recuperar	-917	3.224	1.783
6.01.02.05	(Aumento) redução demais impostos a recuperar	11	-77	0
6.01.02.06	Aumento (redução) de fornecedores	20.833	25.059	-3.925
6.01.02.07	(Aumento) redução de pagamentos de IRPJ e CSLL	-2.559	-9.038	2.857
6.01.02.08	Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	-129	-3.341	9.428
6.01.02.09	Aumento (redução) de credores diversos	-5.553	6.031	2.451
6.01.02.10	(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	3.536	-4.681	-2.411
6.01.02.11	Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	3.089	15.143	-3.030
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.064	-14.598	-12.838
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-15.957	-12.414	-10.250
6.02.02	Aquisição de intangível	-2.107	-2.184	-2.588
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.478	-3.563	4.074
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.442	-6.060	-4.370
6.03.03	Aquisição de ações próprias	-962	-1.504	-234

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.04	Captações de empréstimos/financiamentos (principal)	4.052	7.656	11.019
6.03.05	Arrendamentos mercantis efetuados	0	190	815
6.03.06	Pagamento de arrendamento mercantis	-737	-1.583	-1.856
6.03.07	Amortização de principal e juros de financiamentos	-3.389	-2.262	-1.300
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.461	21.469	1.445
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.770	20.301	18.856
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.309	41.770	20.301

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	129.500	-1.504	23.865	0	0	151.861	0	151.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.500	-1.504	23.865	0	0	151.861	0	151.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.500	542	-19.642	-9.000	0	-9.600	0	-9.600
5.04.01	Aumentos de Capital	18.500	0	-18.500	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-962	0	0	0	-962	0	-962
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.000	0	-9.000	0	-9.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	1.504	-1.504	0	0	0	0	0
5.04.09	Deliberação Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	-1.261	0	0	-1.261	0	-1.261
5.04.10	Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	1.623	0	0	1.623	0	1.623
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.773	0	30.773	0	30.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.773	0	30.773	0	30.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.773	-21.773	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.850	-21.850	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-77	77	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	148.000	-962	25.996	0	0	173.034	0	173.034

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	124.000	-234	9.054	0	0	132.820	0	132.820
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	124.000	-234	9.054	0	0	132.820	0	132.820
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500	-1.270	-6.486	-8.400	0	-10.656	0	-10.656
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500	0	-5.500	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.504	0	0	0	-1.504	0	-1.504
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.400	0	-8.400	0	-8.400
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	234	-234	0	0	0	0	0
5.04.09	Deliberação Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	-2.013	0	0	-2.013	0	-2.013
5.04.10	Dividendos e JCP Adicionais Propostos	0	0	1.261	0	0	1.261	0	1.261
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.697	0	29.697	0	29.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.697	0	29.697	0	29.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.297	-21.297	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.448	-21.448	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-151	151	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.500	-1.504	23.865	0	0	151.861	0	151.861

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	116.000	-1.779	11.166	0	0	125.387	0	125.387
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	366	0	366	0	366
5.02.01	Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	0	0	0	366	0	366	0	366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	116.000	-1.779	11.166	366	0	125.753	0	125.753
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.000	1.545	-7.766	-4.401	0	-2.622	0	-2.622
5.04.01	Aumentos de Capital	8.000	0	-8.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-234	0	0	0	-234	0	-234
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.401	0	-4.401	0	-4.401
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	1.779	-1.779	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e JCP Adicionais Prospotos	0	0	2.013	0	0	2.013	0	2.013
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.689	0	9.689	0	9.689
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.689	0	9.689	0	9.689
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.654	-5.654	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.805	-5.805	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-151	151	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	124.000	-234	9.054	0	0	132.820	0	132.820

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	1.310.517	1.168.465	1.025.292
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.286.218	1.167.577	1.021.001
7.01.02	Outras Receitas	23.972	1.541	3.681
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	327	-653	610
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.052.413	-949.963	-850.836
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-968.523	-877.708	-789.727
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-82.616	-71.749	-59.835
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.274	-506	-1.274
7.03	Valor Adicionado Bruto	258.104	218.502	174.456
7.04	Retenções	-7.539	-6.962	-5.990
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.539	-6.962	-5.990
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	250.565	211.540	168.466
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.811	28.007	29.711
7.06.02	Receitas Financeiras	4.811	28.007	29.711
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	255.376	239.547	198.177
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	255.376	239.547	198.177
7.08.01	Pessoal	91.529	79.725	65.679
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.249	59.552	53.487
7.08.01.02	Benefícios	9.704	14.196	6.983
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.576	5.977	5.209
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	90.702	82.571	86.212
7.08.02.01	Federais	35.870	29.561	19.797
7.08.02.02	Estaduais	53.754	51.859	65.582
7.08.02.03	Municipais	1.078	1.151	833
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.372	47.554	36.597
7.08.03.01	Juros	15.198	24.985	17.449
7.08.03.02	Aluguéis	27.174	22.569	19.148
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.773	29.697	9.689

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.000	8.400	4.401
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.773	21.297	5.288

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições estatutárias vigentes, a Administração da DIMED S.A. Distribuidora de Medicamentos submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

No exercício de 2010 não foram prestados serviços pelos nossos auditores independentes que não seja de auditoria externa.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi marcado por um crescimento robusto da economia brasileira, mais rápida que a maior parte das economias mundiais no processo de recuperação desde a eclosão da crise financeira em 2008. A Dimed soube tirar proveito deste momento positivo, acelerando o ritmo de investimento e crescimento. O ano encerrou-se com um crescimento de vendas de 10,14% sobre 2009, atingindo R\$ 1.299.815 mil de Receita Bruta. O Lucro Líquido atingiu R\$ 30.773 mil, aumento de 3,62% em relação a 2009.

O planejamento estratégico da empresa foi indutor de uma gestão conservadora com relação às despesas, investimentos, caixa e política comercial. Uma parte significativa dos esforços foi dedicada à expansão das filiais do canal Varejo, onde cabe destacar um marco na história da Companhia: a inauguração de quatro filiais Panvel na cidade de Curitiba/PR, abrindo um mercado novos horizontes e possibilidades.

A manutenção do regime de substituição tributária do ICMS, sobre medicamentos e produtos de perfumaria nos Estados em que atuamos e que influenciam nossos mercados, permanece com um dos fatores importantes no ambiente competitivo. Este regime implica na cobrança antecipada e concentrada do ICMS, beneficiando a concorrência justa. Outro fator importante continua sendo a entrada obrigatória da Nota Fiscal eletrônica no segmento em dezembro de 2008, produzindo efeitos significativos a partir de 2009, lembrando que neste quesito a Dimed foi pioneira na emissão da NF-e no país.

A busca da excelência na gestão de pessoas, nosso ativo mais importante, foi outro fato marcante do ano de 2010. O investimento em horas de treinamento aumentou em relação a 2009 e o corpo gerencial da empresa também participou ativamente de programas coordenados por renomadas escolas de gestão. A Dimed também implantou em um programa de Trainees, com o objetivo de captar novos talentos no mercado. Todas essas ações reforçaram os conceitos definidos na Missão, na Visão e nos Valores da empresa entre nossos colaboradores. Esses pilares fundamentais encontram-se descritos abaixo:

Missão

Proporcionar saúde e bem estar às pessoas

Visão

Ser o melhor provedor de produtos e serviços de saúde e bem estar nos mercados em que atuamos

Valores

- Ética
- Trabalho em Equipe
- Excelência no atendimento
- Agilidade
- Inovação
- Orientação para o Resultado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMÉRCIO

Em 2010 a expansão da Panvel Farmácias atravessou mais uma fronteira: o Estado do Paraná. A rede inaugurou quatro lojas naquele estado, no final do ano, com o conceito para os curitibanos de que “uma nova experiência sempre faz bem”. Dessa forma, desejamos consolidar a presença da rede nos três estados da região Sul do Brasil. Seguindo seu processo de expansão, além da entrada no estado do Paraná, a Panvel abriu mais quatorze filiais, sendo nove lojas no Rio Grande do Sul e cinco no em Santa Catarina.

A Marca Própria Panvel continua inovando no seu mix de produtos, totalizando mais de 500 itens. Em 2010 os destaques foram os seguintes lançamentos:

Melhoria Panvel Basic – 15 itens
Lançamento Panvel Basic – 3 itens
Lançamento Panvel Oral System – 4 itens
Melhoria Panvel Erva Doce – 1 item
Lançamento Panvel Erva Doce – 1 item
Lançamento Panvel Faces – 10 itens
Lançamento Panvel Chic – 8 itens
Lançamento Panvel Make Up – 60 itens
Melhoria Panvel Essencial – 1 item
Lançamento Panvel Care – 2 itens
Lançamento Panvel Vert – 30 itens
Lançamento Panvel Baby Clube – 2 itens
Lançamento Panvel Solar – 3 itens
Lançamento Acqua – 4 itens
Kits Mães – 5 itens
Kits Natal – 14 itens
Total – 163 itens

Colocando em prática a sua Missão de “Proporcionar Saúde e Bem Estar às Pessoas”, a Panvel lançou no ano de 2010 o programa “Destino Certo”, que consiste no recolhimento dos medicamentos vencidos e conscientização da população no descarte correto do medicamento vencido. Atualmente o programa está disponível em vinte e oito lojas da rede e já recolheu mais de duas toneladas de medicamentos vencidos da população.

Líder no seu segmento, a Panvel recebeu os seguintes prêmios em 2010:

- a) Mérito Lojista;
- b) Troféu Equilibrista (Executivo de finanças do ano) para o Diretor - Presidente Júlio Mottin;
- c) Prêmio Maiores e Melhores 2010 – Revista Exame;
- d) Marcas de Quem Decide – Jornal do Comércio;
- e) Top Of Mind 2010 – Revista Amanhã;
- f) 500 maiores empresas do Sul – Revista Amanhã;

Também em 2010, as vendas realizadas pelo canal atacadista tiveram um desempenho de vendas superior ao ano anterior em 4%. O mercado da distribuição farmacêutica foi mais competitivo em 2010, fato que trouxe um forte impacto no negócio. A empresa teve um avanço importante no número de clientes pessoa jurídica atendidos, atingindo a marca de 6.800 por mês. Melhoramos o desempenho nas vendas efetuadas através de canais eletrônicos, que passaram a representar 70% do total. As vendas efetuadas por operadores logísticos cresceram 30%, com um destaque para os medicamentos genéricos. A inadimplência de clientes reduziu, contribuindo positivamente no LAIR e fluxo de caixa. A gestão de estoques foi um ponto forte no ano, garantindo alto nível de serviço principalmente em períodos sazonais. As feiras de negócios novamente foram bem sucedidas, gerando novos recordes de vendas com ótima rentabilidade, além de satisfação para clientes e fornecedores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INDÚSTRIA

O laboratório da Controlada, Lifar, obteve incremento de 21,52% no LAIR em relação à 2009 mesmo com crescimento de vendas de 4,41% mantendo o foco da gestão em ações para a redução no Custo das Mercadorias Vendidas e no controle das Despesas Operacionais, obtendo reduções efetivas nessas contas. A crença de que a Marca Própria Panvel é o caminho para otimizar os resultados da Companhia, foi confirmada com os lançamentos da linha Vert, linha Faces, linha Lavanda e linha Aqua, que sustentaram o incremento da rentabilidade do negócio. No segmento de alimentos, o laboratório firmou parceria com o supermercado Dia + , passando a fabricar os chás com a marca própria daquela empresa, buscando com isso aumentar a escala de produção e a redução de custos. Mantendo o compromisso com a qualidade dos produtos e a eficiência dos seus processos, o Laboratório foi novamente homologado pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que auditou e certificou a fábrica pelas BPF (Boas Práticas de Fabricação).

RESULTADOS

Tivemos crescimento em receita bruta de vendas e/ou serviços, de 10,07%. A Margem Bruta permaneceu praticamente estável em 2010. Em compensação, a Margem Líquida mostrou uma pequena redução, em grande parte vinculada ao período de maturação necessário para o atingimento do ponto de equilíbrio das lojas abertas ao longo do ano. Em seu conjunto, as lojas abertas em 2010 contribuíram para o crescimento da receita menos que proporcionalmente do que para crescimento das despesas, o que é considerado um comportamento normal para o período de tempo em questão. Dessa forma, o Lucro Líquido do Exercício 2010 fechou em R\$ 30.773 mil ante um Lucro Líquido de R\$ 29.697 mil em 2009 (crescimento de 3,62%)

Segue abaixo quadro comparativo das receitas e lucro bruto e líquido da companhia:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2010	2009	Var.(%)	2010	2009	Var.(%)
Receita Bruta	1.292.639	1.172.765	10,22%	1.298.991	1.180.187	10,07%
Receita Líquida	1.187.800	1.070.777	10,93%	1.190.659	1.074.630	10,80%
Lucro Bruto	251.308	226.761	10,83%	256.310	231.404	10,76%
Margem Bruta (%)	21,16%	21,18%	-0,09%	21,53%	21,53%	-0,03%
Lucro Líquido	30.773	29.697	3,62%	30.773	29.697	3,62%
Margem Líquida (%)	2,59%	2,77%	-6,59%	2,58%	2,76%	-6,47%

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 15.272 mil em novas lojas, reformas de lojas antigas e aquisição de equipamentos visando à modernização da área de tecnologia. Foram feitos investimentos também na ampliação das áreas dos centros de distribuição. Os investimentos em 2010 superaram os de 2009 em 21%, reforçando a aposta da Companhia nos seus mercados de atuação e em novos mercados, como o Estado do Paraná

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O principal eixo estratégico para TI em 2010 foi a inovação com foco na experiência do cliente externo e interno. O desenvolvimento e a implantação do projeto de Balanced Scorecard destacou-se, por alavancar a criação de novos processos de negócio e indicadores voltados à medição de performance, estratégia organizacional e controle de qualidade nos vetores financeiro, de operações, de clientes e de aprendizado. Os processos medidos abrangem as áreas de logística, compras, vendas, call center, TI e o próprio ponto de venda. Os canais eletrônicos de vendas permaneceram em expansão, onde se destaca o crescimento das vendas via site Panvel. Novas plataformas de BI foram criadas com destaque para informações, relatórios e ferramentas de análise de compras, de convênios, indicadores de RH e de e-commerce; além do próprio painel de Balanced Scorecard. Seguindo os preceitos do padrão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de mercado ITIL, foram expandidos mecanismos de monitoramento, controle e report mensal para os 10 serviços mais críticos de TI, que permitem à área identificar e resolver problemas proativamente, melhorando a disponibilidade dos serviços e a percepção de qualidade da prestação pelos clientes. Todos os serviços superaram os níveis acordados na média anual. Também seguindo as melhores práticas citadas, processos de gestão de mudança, problemas e incidentes foram automatizados e aprimorados na área de TI. O padrão COBIT foi utilizado como base para a criação de um painel de controle com indicadores de curto e médio prazo para a área de TI, nos eixos de aquisição, implementação, planejamento, entrega, suporte, monitoramento e avaliação.

RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2010, demos continuidade a nossa prática de incentivo ao desenvolvimento de pessoas, através de programas de capacitação técnicos, comportamentais e de gestão. Podemos destacar o Programa Decolar Práticas de Gestão que foi realizado para Gerentes de Filiais Panvel com foco em Gestão de Pessoas. Também foi realizado o treinamento Técnicas de Vendas, visando um maior incremento nas vendas e resultados. Para a área administrativa, promovemos o Ser Mais Administrativo, que visou formar novas lideranças e teve como público-alvo os Analistas Administrativos.

Alguns Indicadores importantes:

- a) Participação em programas de treinamento: 6.917 presenças registradas
- b) Horas Treinamento: 59.957 horas
- c) Programa de Alimentação do Trabalhador: 153.335 refeições
- d) Assistência a Saúde – convênio Unimed: 3.691 beneficiários, entre colaboradores e dependentes.
- e) Quadro de lotação em dezembro/2010: 4.078 colaboradores.

Ainda neste ano iniciamos a formatação das bases para implementação do projeto de gestão de um banco de talentos através da elaboração do Mapa de Competências para cada cargo. Na área de Endomarketing, demos continuidade ao Programa Comunicação Aberta, que possui diversos canais de comunicação interna entre os colaboradores da Companhia, tais como: Revista Corporativa Mensal Vide Bula, Webcards, Campanhas Internas, Murais e Intranet.

Destacamos também a realização das Convenções Anuais Panvel e Dimed, alinhando estratégias de vendas e motivando todos os gerentes de filiais Panvel e o grupo completo de agentes de negócio Dimed dos estados do RS, SC e PR. Reconhecemos ações e pessoas que se diferenciam positivamente no dia a dia profissional, por meio de editoriais como "Ponto de Venda", "Destaques" e "Crescer Faz Bem" na Revista Vide Bula.

Distribuímos o kit de Natal para todos os colaboradores, tornando a Empresa presente também neste momento importante de festas de final de ano. Ainda, trabalhamos a parte cultural junto aos colaboradores, através do 5º Concurso Talento em Fotografia, em que todos os funcionários são convidados a inscreverem suas fotografias para concorrer a prêmios e à seleção de fotos do Calendário Dimed.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E O PÚBLICO INTERNO

Na área de Responsabilidade Social, demos continuidade ao Projeto Pescar, que visa à formação pessoal e profissional de jovens de baixa renda. Nossa Unidade do Pescar oferece curso sobre Iniciação Profissional em Vendas e Atendimento ao Cliente, para jovens que posteriormente poderão ser aproveitados na empresa, e os instrutores são em maioria colaboradores da empresa (voluntários). Formamos, em 2010, a 5ª turma do Projeto Pescar com 15 adolescentes e 70% deles já estão trabalhando.

Além disso, foram realizadas duas turmas de jovens aprendizes em parceria com o SENAC, com os temas de Aprendizagem Comercial e Práticas de Comércio, com um total de 65 alunos colocando em prática seus aprendizados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E O PÚBLICO EXTERNO

Neste ano demos continuidade a diversos projetos iniciados em 2009, como o Projeto Troco Amigo, doando R\$ 228.600,32 para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e R\$ 54.050,82 para o Hospital Governador Celso Ramos, em Florianópolis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Também incentivamos o uso da Ecobag Panvel, a fim de ajudar na preservação do planeta reduzindo o consumo de sacolas plásticas. Além disso, lançamos o "Projeto Menos Sacolas na Natureza Mais Pontos no Seu Cartão", onde o consumidor é incentivado a não utilizar a sacola plástica, ganhando o benefício da pontuação em seu cartão Fidelidade. E para dar mais força aos projetos de responsabilidade ambiental, lançamos o Programa Destino Certo, que recolheu 2,5 toneladas de medicamentos vencidos dos nossos consumidores.

Mantivemos o Ciclo de Palestras de Porto Alegre e Interior do RS, com palestras voltadas ao público da Melhor Idade. Apoiamos a caminhada orientada que aconteceu no Shopping Total semanalmente e o Instituto da Mama na Caminhada das Vitoriosas, por meio da venda de camisetas em nossas filiais. Ainda na área de apoio às causas sociais, apoiamos financeiramente a Corrida para Vencer o Diabetes, promovendo a venda das camisetas e com ações de saúde e entretenimento no dia do evento. Arrecadamos doações para a Campanha do Agasalho em nossas filiais durante o inverno.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para o ano de 2010, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 9.000 mil, com pagamento estabelecido em três parcelas. Nos últimos quatro anos distribuímos remuneração líquida de IRRF por ação do capital social, conforme demonstramos a seguir:

	2010	2009	2008	2007
	R\$	R\$	R\$	R\$
Ordinárias	1,65	1,54	0,80	0,80
Preferenciais	1,82	1,69	0,88	0,88

A evolução na remuneração dos acionistas é consequência da evolução nos resultados da Companhia.

Foram recompradas, no ano de 2010, 14.135 ações ordinárias no valor de R\$ 961 mil e canceladas 41.450 ações ordinárias no valor de R\$ 1.504 mil, aumentando desta forma, a participação dos atuais acionistas no capital social.

CONCLUSÃO

O ano de 2010 foi marcado pela manutenção da evolução iniciada em 2009 dentro de nossos segmentos de negócio, atingindo um novo patamar de lucratividade. Assim como em 2009, mantivemos o ritmo de expansão de lojas, tivemos crescimento em vendas, recuperação de margens brutas, recorde em horas de treinamento das nossas equipes.

O ano de 2011 sinaliza que a economia brasileira deverá diminuir seu ritmo de crescimento, efeito em grande parte vinculado às medidas econômicas tomadas pelo Governo Federal com o objetivo de reduzir a dívida pública e controlar a inflação. Entretanto, entendemos que os segmentos em que atuamos (medicamentos e perfumaria), em ambos os canais de distribuição (Varejo e Atacado) ainda se beneficiarão de fortes indutores, como aumento da renda (que deverá manter o patamar elevado em 2011) e o envelhecimento da população brasileira. Essas premissas não se alteraram. Além disso, a Companhia manterá seus investimentos e esforços para a abertura de um novo e amplo mercado dentro do Estado do Paraná.

A empresa está muito bem preparada em termos de gestão, de capital humano, de processos internos e de recursos financeiros, para buscarmos em 2011 uma performance ainda superior que 2010. Pretendemos manter os investimentos em infra-estrutura e em lojas, com o foco no bom atendimento do cliente e na maximização do resultado.

Obrigado a todos.

Porto Alegre, 24 de Março de 2011.

Notas Explicativas

1 Contexto Operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ("Companhia") ou "Dimed" e suas controladas (conjuntamente) o "Grupo", sediada em Porto Alegre / RS, tem como atividades básica o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos, atuando nos canais varejista e atacadista. Para suportar suas vendas, a companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Brasília e Espírito Santo, além de 269 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A controladora é uma sociedade anônima listada na BM&F BOVESPA ("PNVL3", "PNVL4").

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS pela companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e de resultado do exercício, estão descritas na Nota 33.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são totalmente consolidadas, sendo incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as empresas Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda e Dimesul Distribuidora de Combustíveis Ltda.

Das transações realizadas entre as empresas controladas e a controladora, os saldos das contas, as receitas e despesas decorrentes destas transações, bem como os correspondentes lucros, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, são os membros da Diretoria Executiva, sendo de responsabilidade destes, as principais decisões estratégicas da Companhia, com a respectiva deliberação do Conselho de Administração.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como Caixa e equivalentes de caixa, o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos de curto prazo considerados de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas, registrados ao valor de mercado.

Notas Explicativas

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "resultado financeiro".

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A companhia reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de laboratórios registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os laboratórios, o valor líquido foi registrado no ativo na linha "Demais contas a receber".

Notas Explicativas

2.6.4 Provisão para perdas ao valor de recuperação dos contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. São adotados os seguintes critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Inicialmente a Companhia realiza análise para verificar se existe evidência objetiva de *impairment*, em caso positivo, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, sendo classificados no ativo circulante e por não representar ajustes significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras, não são trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

Notas Explicativas

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, quando consideradas como necessárias pela administração.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 14.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de softwares. Os valores registrados como ponto comercial, são os desembolsos iniciais realizados pela companhia para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 15.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas na sua totalidade como passivos circulantes, devido aos prazos de vencimentos usualmente negociados serem inferiores há um ano ou ao ciclo operacional normal.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente.

Notas Explicativas

2.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o que valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da companhia, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritas na Nota 20.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, sendo calculados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

Notas Explicativas

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladoras remuneram seus colaboradores através da programa de Participação no Lucros e Resultados (PLR), onde são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro líquido. Esta remuneração é reconhecida um passivo e uma despesa (com vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

(b) Outros benefícios a empregados

Além da remuneração fixa concedidos aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias) são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que são ocorridos.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, caso ocorram, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago pela Controladora na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada de suas atividades. A companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seu centro de distribuição são reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

Notas Explicativas

(b) Vendas de serviços

A Companhia presta serviços de venda recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços já realizados através do regime de competência.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras da Companhia usualmente derivam de aplicações em que a taxa efetiva de juros estão vinculadas à variação do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

(d) Receita de royalties

A receita de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A Companhia recebe royalties de suas franquias e registra no resultado como "Outras receitas operacionais".

2.19 Arrendamentos

- Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

-Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Companhia são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 30.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base na legislação societária e estatuto social da Companhia, sendo que estes prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais propostos" no Patrimônio Líquido. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período conforme previsto no Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

2.21 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- . IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9, as indicações iniciais são de que ele poderá afetar a contabilização da Companhia através de reclassificações de seus ativos financeiros.

- . IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. O Grupo aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, o Grupo e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. O Grupo está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias.

Notas Explicativas

b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a) Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centro de distribuição cujo prazo de vencimentos esteja próximo ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência os valores cujos títulos estão vencidos acima de 90 dias.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela administração com base em sua consultoria jurídica, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da empresa, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Administrativa. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração e a Diretoria Administrativa estabelecem os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Notas Explicativas

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Companhia não atua internacionalmente, sendo esporádicas as operações envolvendo importação de insumos ou de ativos imobilizados e a exportação de mercadorias. Dessa forma, nossos ativos, passivos, receitas e despesas estão denominadas predominantemente em reais. A administração da Companhia não identifica que ela esteja exposta a risco cambial decorrente de variação no preço de moedas estrangeiras.

Devido às características de sua operação e de seu mercado, predominantemente nacional, a administração não possui uma política formal de gerenciamento de risco cambial.

A Companhia não possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados (como CDBs). Os empréstimos emitidos e investimentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2010 e 2009, os empréstimos e investimentos da Companhia às taxas variáveis e fixas eram mantidos em reais.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de Varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Notas Explicativas

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento de Tesouraria. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia e suas controladoras mantinham fundos de curto prazo de R\$ 16.641 (R\$ 35.169 em 31 de dezembro de 2009) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	129.880	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	2.147	2.964	930	-
Financiamento Finame	866	1.684	504	-
Arrendamento Mercantil	222	45	-	-
Banco Regional de Brasília	-	-	-	11.472
Outros passivos	9.747	-	-	-
Total	142.862	4.693	1.434	11.472

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	129.123	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	2.160	2.976	930	-
Financiamento Finame	870	1.684	504	-
Arrendamento Mercantil	222	45	-	-
Banco Regional de Brasília	-	-	-	11.472
Outros passivos	10.069	-	-	-
Total	142.444	4.705	1.434	11.472

Notas Explicativas

(d) Análise de sensibilidade

O caixa da Companhia e suas controladas é investido predominantemente em CDBs equivalentes de bancos de primeira linha, cujo rendimento é vinculado à variação do CDI – Cetip (taxa flutuante). Dessa forma, o aumento ou redução das taxas de juros afeta as receitas auferidas com estas aplicações financeiras. Em 31/12/2010, a Companhia possuía aplicações financeiras que totalizavam R\$ 12.664 (R\$ 31.936 em 31 de dezembro de 2009). Estimamos que a variação do CDI em 1% ao ano, com a manutenção deste nível de aplicações financeiras, aumentaria ou reduziria a receita financeira em R\$ 127 (após o Imposto de Renda e Contribuição Social, este impacto no resultado da Companhia seria de um ganho ou perda de R\$ 84).

No pólo passivo, uma parcela da dívida da Companhia e suas controladas estão sujeitas a taxas flutuantes. Há financiamentos de longo prazo com o BNDES, para abertura e reforma de lojas, cuja variação é vinculada a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), atualmente no patamar de 6,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2010, a parcela de dívida vinculada à variação da TJLP era de R\$ 6.066 (R\$ 4.929 em 31 de dezembro de 2009). Estimamos que um aumento da TJLP em 1,00% ao ano, mantido este nível de endividamento, traria como impacto um aumento na despesa de R\$ 61 (após o Imposto de Renda e a Contribuição Social, este impacto sobre o Lucro se reduz a R\$ 40). Os demais instrumentos de dívidas (BNDES Finame-PSI; Arrendamento Mercantil; Capital de Giro; Parcelamento de Impostos) estão sujeitos predominantemente a taxas pré-fixadas, não incorrendo em risco de flutuação de taxas de juros.

As simulações são feitas trimestralmente para verificar se o potencial máximo de prejuízo está dentro do limite determinado pela administração.

Dada a baixa relevância dos riscos associados com a flutuação de taxas de juros, a Companhia não utiliza instrumentos de swap de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter sua alavancagem financeira em patamares baixos. No ano de 2009 os valores de Caixa e seus equivalentes superaram o total dos empréstimos em R\$ 20.680. Já em 31 de dezembro de 2010, especialmente devido a redução do saldo de Caixa e equivalentes, a dívida líquida da Companhia ficou em R\$ 1.121 . Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 18)	20.567	19.007
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(18.085)</u>	<u>(38.436)</u>
Dívida líquida	<u>2.482</u>	<u>(19.429)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>171.893</u>	<u>150.764</u>
Total do capital	<u>174.375</u>	<u>131.335</u>
Índice de alavancagem financeira - %	1,42	N/A

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, dos desembolsos e dos financiamentos de investimento na abertura de novas lojas e de capital de giro para a manutenção do ritmo de crescimento da Companhia.

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente no consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Saldo total		
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Operações de Renda Fixa (CDBs pós-fixados)		12.664	12.664
CDB vinculado a Cédula de Crédito Comercial		1.361	1.361
Títulos do governo (precatórios)			167
			<u>167</u>
Total do ativo		14.025	167
		<u>14.192</u>	<u>14.192</u>

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia e suas controladas mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Operações de Renda Fixa (CDBs pós-fixados)		16.641		16.641
CDB vinculado a Cédula de Crédito Comercial		1.361		1.361
Títulos do governo (precatórios)			167	167
Total do ativo		18.002	167	18.169

As operações de renda fixa são representadas por CDBs de bancos e operações de mesma natureza lastreadas por debêntures (operações compromissadas). Ambos os tipos de operação possuem liquidez diária e o seu retorno é calculado da mesma forma.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares e outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Notas Explicativas**5 Instrumentos financeiros por categoria**

Segue abaixo tabela de classificação dos instrumentos financeiros da Controladora e suas controladas:

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2008			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	86.881		86.881
Aplicações Financeiras – Renda Fixa		11.466	11.466
Caixa e equivalentes de caixa	8.835		8.835
	95.716	11.466	107.182
31 de dezembro de 2009			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	93.301		93.301
Aplicações Financeiras – Renda Fixa		35.169	35.169
Caixa e equivalentes de caixa	6.601		6.601
	99.902	35.169	135.071
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	114.693		114.693
Aplicações Financeiras – Renda Fixa		16.641	16.641
Caixa e equivalentes de caixa	5.668		5.668
	120.361	16.641	137.002

Notas Explicativas

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2008		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	83.231	83.231
Empréstimos	12.842	12.842
Obrigações de arrendamento financeiro	1.946	1.946
	98.019	98.019
31 de dezembro de 2009		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	108.290	108.290
Empréstimos	19.049	19.049
Obrigações de arrendamento financeiro	852	852
	128.191	128.191
31 de dezembro de 2010		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	129.123	129.123
Empréstimos	20.596	20.596
Obrigações de arrendamento financeiro	267	267
	149.986	149.986

Controladora

As contas a receber e a caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis", as aplicações financeiras de renda fixa como ativos ao valor justo por meio do resultado, as contas a pagar e empréstimos são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes						
Grupo 1	34.091	27.934	21.205	34.091	27.934	21.205
Grupo 2	56.084	46.620	48.642	57.384	47.364	49.339
Grupo 3	11.774	8.898	6.787	11.774	8.898	6.787
Total de contas a receber de clientes	101.949	83.452	76.634	103.249	84.196	77.331
Depósitos bancários de curto prazo						
AAA	3.412	4.615	7.384	3.657	4.714	7.404
Total dos Depósitos bancários de curto prazo	3.412	4.615	7.384	3.657	4.714	7.404

Notas Explicativas

- Grupo 1 – créditos a receber de administradoras de cartão de crédito.
- Grupo 2 – clientes existentes sem inadimplência nos últimos 12 meses.
- Grupo 3 – clientes existentes com algumas inadimplências nos últimos 12 meses, sendo que as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Recursos em caixa (filiais do varejo)	2.009	1.886	1.430	2.011	1.887	1.431
Depósitos bancários de curto prazo	3.412	4.615	7.384	3.657	4.714	7.404
Aplicações Financeiras – Renda Fixa (*)	12.664	31.935	9.574	16.641	35.169	11.466
	18.085	38.436	18.388	22.309	41.770	20.301

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante						
Contas a receber de clientes	75.328	62.542	61.414	76.654	63.286	62.111
Contas a receber de cartão crédito	34.091	27.934	21.205	34.091	27.934	21.205
Menos: provisão para PDD de contas a receber de clientes	(2.033)	(2.385)	(1.742)	(2.059)	(2.385)	(1.742)
Contas a receber de clientes, líquidas	107.386	88.091	80.877	108.686	88.835	81.574

Notas Explicativas

A composição de contas a receber de clientes por vencimento :

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Até 30 dias	61.560	55.892	52.575
31 a 60	28.615	18.662	17.272
61 a 90	5.918	4.189	3.443
91 a 120	2.069	1.699	1.196
121 a 150	1.378	808	813
151 a 180	554	511	138
Mais de 180	1.855	1.691	1.197
	101.949	83.452	76.634
Vencidos e não provisionados			
Até 30 dias	6.662	5.943	3.381
31 a 60	1.520	506	1.242
61 a 90	789	402	349
	8.971	6.851	4.972
Outras contas a receber	654	173	1.013
Operações de Vendas	(2.155)	-	-
Provisão para Credito de Devedores Duvidosos	(2.033)	(2.385)	(1.742)
Total Controladora	107.386	88.091	80.877
Contas a receber clientes (Lifar)	1.300	744	697
Total Consolidado	108.686	88.835	81.574

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo do Início do ano	(2.385)	(1.742)	(2.385)	(1.742)
Complemento de provisão no exercício	(770)	(1.077)	(796)	(1.077)
Valores baixados da provisão	1.122	434	1.122	434
Saldo final do ano	<u>(2.033)</u>	<u>(2.385)</u>	<u>(2.059)</u>	<u>(2.385)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas de vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

Notas Explicativas**9 Estoques**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Mercadorias para revenda	173.092	143.309	118.384	173.026	143.308	118.446
Produtos prontos	-	-	-	1.838	1.871	1.872
Matérias primas	-	-	-	1.805	1.393	1.546
Matérias de consumo/almoxarifado	784	686	729	817	723	774
(-)Provisão para perdas nos estoques	(1.521)	(911)	(1.151)	(1.574)	(991)	(1.177)
	<u>172.355</u>	<u>143.084</u>	<u>117.962</u>	<u>175.912</u>	<u>146.304</u>	<u>121.461</u>

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo das vendas" totalizou R\$ 936.492 (R\$ 844.016 em 31 de dezembro de 2009).

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo do Início do ano	(911)	(1.151)	(991)	(1.177)
Complemento de provisão no exercício	(655)	(200)	(710)	(369)
Valores baixados da provisão	45	440	127	555
Saldo final do ano	<u>(1.521)</u>	<u>(911)</u>	<u>(1.574)</u>	<u>(991)</u>

10 Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009
Circulante						
Imposto de renda - Pessoa Jurídica -IRPJ	796	84	532	827	113	560
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	203	-	2.776	203	-	2.776
	<u>999</u>	<u>84</u>	<u>3.308</u>	<u>1.030</u>	<u>113</u>	<u>3.336</u>

Notas Explicativas**11 Demais impostos a recuperar**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009
Circulante						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	210	144	89	262	187	137
Programa de Integração Social - PIS	-	254	353	-	254	353
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	49	84	-	49	84
Imposto renda retido fonte sobre lucro líquido	191	191	191	191	191	191
Outros impostos	74	53	51	74	53	51
	475	691	768	527	734	816
Não Circulante						
Imposto de Renda sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	698	502	343	698	502	343
	698	502	343	698	502	343

12 Outros ativos

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa de uso restrito (*)	1.361	1.251	863	1.361	1.251	863
Outros ativos	566	493	609	571	507	622
Total	1.927	1.744	1.472	1.932	1.758	1.485

(*) Para fins de comparação com o ano de 2009 e 1º de janeiro de 2009, foi efetuada a reclassificação do montante de R\$ 1.361 (R\$ 1.251 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 863 em 1º de janeiro de 2009 controladora e consolidado) de aplicações financeiras longo prazo para caixa restrito, incluído na linha Outros ativos no ativo não circulante. Este recurso foi concedido como garantia do financiamento para capital de giro no valor de R\$ 11.682 (R\$ 11.610 no ano de 2009) através de penhor cédular no pelo Banco Regional de Brasília.

13 Investimentos em Controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

Controladora								
31 de dezembro 2009								
	Capital Social	Ações ou quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do período	Saldo Inicial em 1º janeiro	Resultado da Equivalência	Total do Investimento
Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda	500	499.999	99,99%	8.378	1.552	6.728	1.588	8.316
Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda	20	19.999	99,99%	990	69	922	69	991
						7.650	1.657	9.307

Controladora								
31 de dezembro 2010								
	Capital Social	Ações ou quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do período	Saldo Inicial em 1º janeiro	Resultado da Equivalência	Total do Investimento
Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda	500	499.999	99,99%	10.318	1.939	8.316	1.795	10.111
Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda	20	19.999	99,99%	1.060	69	991	69	1.060
						9.307	1.864	11.171

As movimentações na conta de investimentos da Controladora estão demonstradas abaixo:

	Controladora	
	2010	2009
Saldo inicial em 1º de janeiro	9.307	7.650
Resultado da equivalência patrimonial	1.864	1.657
Saldo final em 31 de dezembro	11.171	9.307

14 Imobilizado

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora:

CONTROLADORA	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2009									
Custo	13.049	3.443	8.626	14.121	10.479	3.070	1.599	8.843	63.230
Depreciação acumulada	(7.570)	(2.531)	(5.615)	(6.531)	(6.338)	(2.058)	0	(4.631)	(35.274)
Saldo contábil, líquido	5.479	912	3.011	7.590	4.141	1.012	1.599	4.212	27.956
Em 31 de dezembro de 2009									
Saldo inicial	5.479	912	3.011	7.590	4.141	1.012	1.599	4.212	27.956
Aquisições	493	544	1.344	3.390	3.430	114	568	2.311	12.194
Baixas	0	0	(22)	(9)	(54)	(58)	0	(2)	(145)
Depreciações	(341)	(141)	(502)	(1.270)	(1.634)	(412)	0	(670)	(4.970)
Transferências	2.161	0	1	5	0	0	(2.167)	0	0
Saldo contábil, líquido	7.792	1.315	3.832	9.706	5.883	656	0	5.851	35.035
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2009									
Custo	15.703	3.987	9.910	17.506	13.196	2.590	0	11.152	74.044
Depreciação acumulada	(7.911)	(2.672)	(6.078)	(7.800)	(7.313)	(1.934)	0	(5.301)	(39.009)
Saldo contábil, líquido	7.792	1.315	3.832	9.706	5.883	656	0	5.851	35.035
Em 31 de dezembro de 2010									
Saldo inicial	7.792	1.315	3.832	9.706	5.883	656	0	5.851	35.035
Aquisições	432	2.551	1.707	4.936	2.593	158	397	2.498	15.272
Baixas	0	(239)	(1)	(4)	(10)	(23)	0	0	(277)
Depreciações	(274)	(170)	(519)	(1.708)	(2.199)	(160)	0	(570)	(5.600)
Saldo contábil, líquido	7.950	3.457	5.019	12.930	6.267	631	397	7.779	44.430
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010									
Custo	16.135	6.265	11.611	22.438	15.397	2.340	397	13.650	88.233
Depreciação acumulada	(8.185)	(2.808)	(6.592)	(9.508)	(9.130)	(1.709)	0	(5.871)	(43.803)
Saldo contábil, líquido	7.950	3.457	5.019	12.930	6.267	631	397	7.779	44.430

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado:

CONSOLIDADO	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2009									
Custo	13.049	4.825	8.893	14.347	10.572	3.113	1.602	10.619	67.020
Depreciação acumulada	(7.569)	(3.340)	(5.756)	(6.605)	(6.414)	(2.093)	0	(5.774)	(37.551)
Saldo contábil, líquido	5.480	1.485	3.137	7.742	4.158	1.020	1.602	4.845	29.469
Em 31 de dezembro de 2009									
Saldo inicial	5.480	1.485	3.137	7.742	4.158	1.020	1.602	4.845	29.469
Aquisições	493	667	1.387	3.393	3.473	114	568	2.319	12.414
Baixas	0	0	(22)	(10)	(54)	(58)	0	(2)	(146)
Depreciações	(341)	(249)	(522)	(1.293)	(1.641)	(417)	0	(786)	(5.249)
Transferências	2.161	0	0	5	1	0	(2.170)	3	0
Saldo contábil, líquido	7.793	1.903	3.980	9.837	5.937	659	0	6.379	36.488
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2009									
Custo	15.703	5.492	10.220	17.732	13.330	2.633	0	12.939	78.049
Depreciação acumulada	(7.910)	(3.589)	(6.240)	(7.895)	(7.393)	(1.974)	0	(6.560)	(41.561)
Saldo contábil, líquido	7.793	1.903	3.980	9.837	5.937	659	0	6.379	36.488
Em 31 de dezembro de 2010									
Saldo Inicial	7.793	1.903	3.980	9.837	5.937	659	0	6.379	36.488
Aquisições	432	2.665	1.724	4.999	2.633	158	762	2.584	15.957
Baixas	0	(241)	(1)	(4)	(10)	(23)	0	0	(279)
Depreciações	(275)	(261)	(547)	(1.725)	(2.217)	(161)	0	(637)	(5.823)
Transferências	0	0	0	0	0	0	(272)	272	0
Saldo contábil, líquido	7.950	4.066	5.156	13.107	6.343	633	490	8.598	46.343
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010									
Custo	16.135	7.883	11.937	22.727	15.836	2.768	490	15.795	93.571
Depreciação acumulada	(8.185)	(3.817)	(6.781)	(9.620)	(9.493)	(2.135)	0	(7.197)	(47.228)
Saldo contábil, líquido	7.950	4.066	5.156	13.107	6.343	633	490	8.598	46.343

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

	<u>Taxa média depreciação (a.a.)</u>		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imóveis prédios	3	4	4
Maquinas e equipamentos	6	10	10
Moveis e utensílios	9	10	10
Instalações	10	10	10
Computadores e periféricos	18	20	20
Veículos	20	20	20
Benfeitorias em prédios alheios	7	10	10

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos imobilizados, através de laudo técnico, e adotou as novas vidas úteis apontadas neste estudo a partir de 1º de janeiro de 2010, impactando no resultado com uma redução nas despesas com depreciação em torno de R\$ 961 no ano de 2010.

A Companhia e suas controladas não optaram pela adoção do custo atribuído ("deemed cost") conforme CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e ICPC 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. A administração da Companhia baseada em avaliação de profissionais habilitados de sua equipe técnica entende que devido à sistemática abertura de filiais novas, e aos investimentos aportados para a reformas e readequações aos novos designs de lojas, os valores dos ativos imobilizados mantém-se muito próximos do custo atribuído, aliado ao fato de que no estudo de revisão das vidas úteis não foram identificadas variações significativas em relação ao valor contábil depreciado.

Notas Explicativas

15 Intangível

a) Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora:

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2009				
Custo	8.559	3.287	12	11.858
Amortização acumulada	(4.770)	(2.992)	(7)	(7.769)
Saldo contábil, líquido	3.789	295	5	4.089
Em 31 de dezembro de 2009				
Saldo inicial	3.789	295	5	4.089
Aquisições	2.184	0	0	2.184
Baixas	94	0	0	94
Amortizações	(1.563)	(140)	(1)	(1.704)
Saldo contábil, líquido	4.504	155	4	4.663
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2009				
Custo	10.724	3.287	12	14.023
Amortização acumulada	(6.220)	(3.132)	(8)	(9.360)
Saldo contábil, líquido	4.504	155	4	4.663
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	4.504	155	4	4.663
Aquisições	1.793	294	0	2.087
Amortizações	(1.774)	(224)	0	(1.998)
Saldo contábil, líquido	4.523	225	4	4.752
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010				
Custo	12.517	3.404	12	15.933
Amortização acumulada	(7.994)	(3.179)	(8)	(11.181)
Saldo contábil, líquido	4.523	225	4	4.752

Notas Explicativas

b) Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado:

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2009				
Custo	8.560	3.287	237	12.084
Amortização acumulada	(4.770)	(2.992)	(177)	(7.939)
Saldo contábil, líquido	3.790	295	60	4.145
Em 31 de dezembro de 2009				
Saldo inicial	3.790	295	60	4.145
Aquisições	2.184	0	0	2.184
Baixas	94	0	0	94
Amortizações	(1.564)	(140)	(9)	(1.713)
Saldo contábil, líquido	4.504	155	51	4.710
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009				
Custo	10.724	3.287	237	14.248
Depreciação acumulada	(6.220)	(3.132)	(186)	(9.538)
Saldo contábil, líquido	4.504	155	51	4.710
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	4.504	155	51	4.710
Aquisições	1.793	294	20	2.107
Amortizações	(1.774)	(224)	(12)	(2.010)
Saldo contábil, líquido	4.523	225	59	4.807
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010				
Custo	12.517	3.404	257	16.178
Depreciação acumulada	(7.994)	(3.179)	(198)	(11.371)
Saldo contábil, líquido	4.523	225	59	4.807

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Locação de ponto comercial	25	25	25
Software	6	20	20
Marcas e fórmulas	10	10	10

Notas Explicativas

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativos						
Provisão para créditos liquidação duvidosa	336	579	368	340	579	368
Provisão para perdas em estoque	1.521	932	1.172	1.574	1.012	1.198
Provisão para indenizações trabalhistas	3.092	3.849	3.982	3.473	4.116	4.119
Provisão para gratificações	-	538	-	-	635	-
Provisão para riscos tributários	1.692	1.030	830	1.692	1.030	830
Provisão para riscos cíveis	2.204	1.290	190	2.484	1.570	290
Provisão para honorários advocatícios	25	45	60	25	45	60
Provisão para ajuste valor mercado em investimentos	176	176	176	176	176	176
Total	9.046	8.439	6.778	9.764	9.163	7.041
Imposto de Renda à alíquota 25%	2.261	2.110	1.694	2.441	2.291	1.760
Contribuição Social à alíquota 9%	814	759	610	879	824	634
Total impostos Diferidos Ativos	3.075	2.869	2.304	3.320	3.115	2.394
Passivos						
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07	948	1.391	1.135	948	1.391	1.135
Total	948	1.391	1.135	948	1.391	1.135
Imposto de Renda à alíquota 25%	237	348	284	237	348	284
Contribuição Social à alíquota 9%	85	125	102	85	125	102
Total impostos Diferidos Passivos	322	473	386	322	473	386

Notas Explicativas

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da companhia e suas controladas e considerando a realização histórica dos ativos e passivos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	Ativo	Passivo
2011	1.826	192
2012	374	130
2013	374	0
2014	373	0
2015	373	0
	3.320	322

17 Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	42.330	40.344	43.230	41.063
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(14.392)	(13.717)	(14.698)	(13.962)
Realização da reserva de reavaliação – não dedutíveis	(93)	(117)	(93)	(117)
Participação dos administradores – não dedutíveis	(1.057)	(473)	(1.057)	(473)
Outras despesas não dedutíveis	(182)	(121)	(243)	(99)
Resultado equivalência patrimonial	634	563	-	-
Juros sobre o capital próprio – benefício	3.060	2.856	3.060	2.856
Realização da reserva de reavaliação	66	66	66	66
Incentivos fiscais – cultura - benefício	164	69	164	69
Incentivos fiscais - PAT - benefício	219	203	234	218
Incentivos fiscais – inovação tecnológica - benefício	-	-	62	28
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(11.557)</u>	<u>(10.647)</u>	<u>(12.457)</u>	<u>(11.366)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.914)	(11.125)	(12.813)	(12.000)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>357</u>	<u>478</u>	<u>356</u>	<u>634</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(11.557)</u>	<u>(10.647)</u>	<u>(12.457)</u>	<u>(11.366)</u>

Notas Explicativas**18 Empréstimos e financiamentos**

	Taxa média % a.a.	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1º de janeiro 2009
BNDES Automático	TJLP + 2,40% a TJLP+ 4,30%	6.042	4.903	3.896	6.066	4.929	4.100
BNDES Finame	4,50 % a TJLP + 3,40%	3.053	2.363	99	3.058	2.379	171
FIDE - capital de giro	0,25% IGP/DI a.a.+ 0,2% a.m.	11.472	11.741	8.571	11.472	11.741	8.571
		20.567	19.007	12.566	20.596	19.049	12.842
Circulante		3.013	2.004	1.088	3.030	2.017	1.258
Não circulante		17.554	17.003	11.478	17.566	17.032	11.584

O financiamento para capital de giro no valor de R\$ 11.472 (R\$ 11.741 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 8.571 em 1º de janeiro de 2009) foi concedido através de penhor cédular no valor de R\$ 1.361 (R\$ 1.251 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 863 em 1º de janeiro de 2009) pelo Banco Regional de Brasília, conforme especificado no último parágrafo da Nota 2. Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da companhia;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito.
- Alterações no objeto social da companhia ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a dois tipos:

- a) BNDES Automático: notas promissórias assinadas pela companhia nos valores dos recursos tomados;
- b) BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela companhia nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco.

Os saldos de empréstimos e financiamento apresentados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 equivalem ao valor justo das operações.

Notas Explicativas

19 Obrigações de arrendamento financeiro

A companhia possui obrigações originadas de contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de informática, com prazos de 36 meses e taxas médias de CDI, sendo que os bens serão adquiridos no final do contrato pelo valor residual.

Em análise realizada pela Companhia estes contratos foram classificados como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrados como ativos imobilizados pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2009				
Arrendamento Mercantil	583	269	-	-
Em 31 de dezembro de 2010				
Arrendamento Mercantil	222	45	-	-

20 Provisões

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 estão apresentadas a seguir. Os processos considerados de perdas prováveis estão provisionados.

Abaixo segue quadro das ações cíveis, trabalhistas e tributárias que estão provisionadas:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1ª de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1ª de janeiro 2009
Cíveis	1.632	1.632	1.340	1.632	1.632	1.340
Trabalhistas	3.092	2.980	2.893	3.753	3.184	2.968
Tributárias	2.291	1.668	963	2.291	1.948	1.062
	7.015	6.280	5.196	7.676	6.764	5.370
Circulante	1.692	2.043	1.792	1.692	2.043	1.792
Não circulante	5.323	4.237	3.404	5.984	4.721	3.578
Depósitos judiciais	5.486	4.191	5.033	5.534	4.286	5.118

Notas Explicativas

(a) Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza cível, cujo o processo mais relevante refere-se a questionamento sobre possíveis diferenças de valores de aluguel de uma locação de imóvel e trabalhista, onde podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A companhia não possui ações que individualmente represente valores relevantes ou significativos.

(b) Tributárias

A companhia tem como objeto da ação tributária mais relevante a anulação do auto de lançamento nº 0006469310 datada de 18 de maio de 2000, que autuou a Dimed pela adjudicação excessiva de créditos de ICMS-ST decorrentes das saídas interestaduais de produtos farmacêuticos já tributados. Estágio atual: após encerramento de perícia, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação, fixando o crédito tributário no valor de R\$ 829, a ser atualizado desde a data do lançamento (18 de maio de 2000) e juros a partir da data do laudo pericial (9 de agosto de 2006). Apresentada apelação pela empresa com vistas à exclusão do crédito do valor da multa sancionatória (R\$ 259 em 18 de maio de 2000). O Estado apresentou apelação. O Tribunal estadual manteve o crédito apurado pela perícia e manteve a multa sancionatória. A empresa apresentou recurso especial ao STJ, sendo o mesmo inadmitido. Foi apresentado agravo de instrumento, sendo a ele negado seguimento no STJ. Trânsito em julgado em 24 de novembro de 2010. Processo retornado à origem, aguardando intimação para fins de execução da sentença.

A companhia e suas controladas possuem em 31 de dezembro de 2010, ações de natureza cível, trabalhista e tributária não provisionadas, cuja a probabilidade de desfecho do processo seja de perda possível, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, no montante estimado em R\$ 873 (R\$ 1.038 em 2009) para ações cíveis e trabalhistas e R\$ 640 (R\$ 640 em 2009) para ações tributárias.

21 Parcelamento de tributos

A companhia possui parcelamentos de tributos no valor de R\$ 1.145 (R\$ 2.449 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.003 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a parcelamento de ICMS concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul em 60 parcelas reajustáveis pela variação da UPF-RS mais juros de 1% a.m., com prazo de vencimento até março de 2013.

Notas Explicativas

22 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 148.000 (R\$ 129.500 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 124.000 em 1º de janeiro de 2009) representado por de 4.142.194 ações ordinárias e 450.003 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2010, no montante de R\$ 18.500, mediante a incorporação da parcela da conta Reserva para Aumento de Capital no montante de R\$ 18.459 e parcela da conta Reserva Legal no valor de R\$ 41, sem emissão de novas ações. Adicionalmente, foi aprovada a utilização do saldo remanescente da Reserva para Aumento de Capital no valor de R\$ 1.504 para o cancelamento de 41.450 ações ordinárias escriturais de emissão da própria companhia, já anteriormente adquiridas e existentes em tesouraria em 31 de dezembro de 2009, sem diminuição do capital social.

(b) Reserva de Lucros

(i) Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da companhia nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Companhia em seu artigo 24 clausula "c". O saldo desta reserva está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2011.

(ii) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e disposto à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2011.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 14.135 (41.450 em 31 de dezembro de 2009 e 5.200 em 1º de janeiro de 2009) ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 67,8394 (em unidade de reais) por ação (R\$ 36,3100 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 25,00 em 1º de janeiro de 2009). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 1.343. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

Notas Explicativas**(d) Remuneração dos acionistas**

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária. De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio	RCA	10/08/2010	3.500	0,7567	0,8324	31/08/2010
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	21/12/2010	2.750	0,5948	0,6543	31/03/2011
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	21/12/2010	2.750	0,5948	0,6543	28/04/2011
Total			9.000			

A opção pela distribuição do Juros sobre o capital próprio reduziram a carga tributária da companhia em torno de R\$ 3.060 (R\$ 2.856 em 2009), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Lucro líquido do exercício	30.773	29.697
Reserva Legal - 5%	(1.538)	(1.485)
Realização da Reserva de Reavaliação	272	345
Base de cálculo dos dividendos	29.507	28.557
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.377	7.139
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	9.000	8.400
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(1.623)	(1.261)
	7.377	7.139

Notas Explicativas

23 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22).

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

31 de dezembro de 2009			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.188.844	450.003	4.638.847
Quantidade ações em tesouraria ponderada	(19.301)	-	(19.301)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.169.543	450.003	4.619.546
% de ações em relação ao total	90,30%	9,70%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	26.816.502	2.880.868	29.697.370
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.169.543	450.003	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	6,4315	6,4019	

31 de dezembro de 2010			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.183.644	450.003	4.633.647
Quantidade ações em tesouraria ponderada	(7.801)	-	(7.801)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.175.843	450.003	4.625.846
% de ações em relação ao total	90,29%	9,71%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	27.784.605	2.988.580	30.773.185
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.175.843	450.003	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	6,6537	6,6412	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Notas Explicativas

24 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	1.292.639	1.172.765	1.298.991	1.180.187
Impostos sobre vendas	(104.839)	(101.988)	(108.332)	(105.557)
Receita líquida	1.187.800	1.070.777	1.190.659	1.074.630

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços terceiros	99.461	80.187	100.096	80.740
Despesas com aluguéis e leasing	26.516	22.532	26.537	22.551
Despesas com fretes	21.418	20.227	21.738	20.460
Despesas com taxas de cartão	12.122	9.882	12.122	9.882
Despesas com publicidade	8.053	5.997	8.123	6.033
Despesas com utilidades e serviços	7.024	6.197	7.030	6.204
Despesas com depreciação	7.012	5.900	7.228	5.910
Participação dos empregados nos resultados	2.667	4.445	2.789	4.616
Participação dos administradores	2.637	1.182	2.637	1.182
Outras despesas com vendas	13.735	16.362	14.071	17.209
	200.645	172.911	202.371	174.787
Despesas administrativas				
Despesas com pessoal e serviços terceiros	19.003	15.289	19.615	15.822
Despesas com aluguéis e leasing	1.142	488	1.225	507
Despesas com manutenção	802	685	809	692
Despesas com depreciação	586	660	605	680
Participação dos empregados nos resultados	403	1.009	412	1.009
Participação dos administradores	471	209	471	209
Outras despesas administrativas	1.202	1.392	1.158	1.231
	23.609	19.732	24.295	20.150

Notas Explicativas**26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Ressarcimento de custos com aportes	22.839	8.478	22.839	8.479
Receita outros serviços	473	751	482	764
Receita com aluguéis de imóveis	338	264	338	264
Vendas de ativo imobilizado	264	468	264	468
Ressarcimento de diferença de caixa	76	82	76	82
Baixa de bens obsoletos	(27)	(37)	(27)	(36)
	23.963	10.006	23.972	10.021

27 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Receitas Financeiras				
Juros sobre ativos	2.551	2.282	2.554	2.286
Rendimento aplicações financeiras	1.597	2.070	1.931	2.251
Descontos financeiros obtidos	283	1.049	284	1.060
Variações monetárias ativas	33	45	42	47
	4.464	5.446	4.811	5.644
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	8.305	5.394	8.517	5.571
Bonificação	4.032	1.903	4.067	1.907
Juros sobre financiamentos	1.203	1.425	1.205	1.446
Despesas bancárias	1.131	1.135	1.138	1.100
Outras despesas financeiras	344	1.026	270	1.045
	15.015	10.883	15.197	11.069

Notas Explicativas**28 Transação com partes relacionadas****(a) Saldos e transações**

Os montantes das transações realizadas no ano de 2010 pela Companhia com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Fornecedores			1.523	1.479
Partes relacionadas - mútuo	1.020	947		
	Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Compra de mercadorias e serviços			14.826	12.859
Receita com prestação de serviços			127	121
Despesas financeiras	92	86		

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores de venda de acordo com tabela de preços disponível ao mercado e prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2010	2009
Remuneração fixa	3.390	1.395
Encargos sociais	949	391
Participação nos resultados	3.108	1.391
Total	7.447	3.177

Estes valores estão apresentados nas rubricas "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado e detalhados na Nota 25.

Notas Explicativas

29 Ônus, garantias e responsabilidades

A companhia possui imóveis penhorados, como forma de garantia para processos. A tabela abaixo indica a posição destas garantias em 31 de dezembro de 2010:

Matrícula nº.	Descrição do imóvel	Descrição do processo	Valor contábil aquisição (R\$ mil)	Valor contábil depreciação (R\$ mil)	Valor contábil residual (R\$ mil)
8.332	Prédio Br 101 São José - SC	Processo nº 039.96.001736-2/004 de 27/11/2008	2.009	231	1.778
11.039	Conj 1 Edifício Patriarca rua dos Andradas 1700e 1706,rua Dr. Flores 252 e 262	Processo 11080.005503/02004-87 Delegacia da Receita Federal	405	382	23
34.232	Prédio de alvenaria av. Azenha 699 Azenha Porto Alegre	Processo de Maria Tereza Diel e outros - Protocolo 444375 livro 1 03/06/2008 Garantia Pensão devida aos autores	13	13	0
946	Prédio de material Rua Santos Dumont, 487 – Centro Pelotas	Justiça do trabalho processo R6-946 Robson da Silva Terres 10/03/2009	9	9	0

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2010 fianças bancárias em aberto, beneficiando terceiros. Essas fianças têm basicamente dois objetivos:

- Compras: alguns fornecedores exigem a emissão de fiança a seu favor como garantia para as compras efetuadas pela Companhia. É um procedimento comum no mercado.
- Processos: fianças oferecidas como garantia de processos administrativos ou judiciais.

A tabela abaixo contém a abertura das fianças em vigor em 31 de dezembro de 2010:

N.Contrato	Fiador	Beneficiária	Vencimento	Valor R\$ mil	Finalidade
04540048581/001	HSBC Bank Brasil S/A	ROCHE (Fornecedor)	15/03/2011	1.500	Compras
180536610	Banco Santander S/A	NOVARTIS (Fornecedor)	29/12/2011	1.960	Compras
2043205-5	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	850	Proc. Judicial 2009.71.00.035577-6
2.010.834-7	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DO RGS	Indeterminado	308	Proc. Administrativo nº 001038-14.00/03-1
Total				4.618	

A partir de 19 de Julho de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos seus clientes, através do Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento de Venda à Vista – VENDOR, com o Banco Santander S/A, linha de crédito de vendas destinada ao financiamento dos clientes pessoas jurídica do canal de distribuição Atacado. A Companhia presta garantia ao Banco Santander S/A de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados em conta redutora de Contas a Receber de Clientes e totalizam, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 2.155 na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

30 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía 248 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais são segregados em duas categorias: fixo ou variáveis. Sendo que os variáveis, possuem um valor mínimo, cabendo a companhia a obrigação mensal, neste caso, do pagamento do maior valor entre os dois. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, em 31 de dezembro de 2010 totalizam um montante mínimo de R\$ 149.889, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>Valor Fixo</u>	<u>Valor variável (estimado)</u>
2011	11.815	14.800
2012	12.524	15.688
2013	13.275	16.629
2014	14.072	17.627
2015	14.775	18.684

31 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a seguradoras, considerando natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra seguro transporte, responsabilidade civil e outros riscos, conforme demonstrado abaixo.

	<u>31 de dezembro 2010</u>
Seguro de veículos	149
Seguro contra incêndios	266
Responsabilidade civil	96

32 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio.

Os segmentos da companhia estão divididos em Medicamento, Perfumaria e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	MEDICAMENTO		PERFUMARIA		CORPORATIVO		CONTROLADORA	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita líquida de vendas e serviços	871.124	805.467	316.676	265.310			1.187.800	1.070.777
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(679.476)	(632.666)	(257.016)	(211.350)			(936.492)	(844.016)
LUCRO BRUTO	191.648	172.801	59.660	53.960			251.308	226.761
Despesas com vendas	(147.152)	(130.068)	(53.493)	(42.843)			(200.645)	(172.911)
Despesas administrativas					(23.609)	(19.732)	(23.609)	(19.732)
Resultado em equivalência patrimonial em Controladas					1.864	1.657	1.864	1.657
Outras receitas operacionais líquidas					23.963	1.560	23.963	1.560
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	44.496	42.733	6.167	11.117	2.218	(16.515)	52.881	37.335
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>					(10.551)	3.009	(10.551)	3.009
Receitas financeiras					4.464	27.808	4.464	27.808
Despesas financeiras					(15.015)	(24.799)	(15.015)	(24.799)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	44.496	42.733	6.167	11.117	(8.333)	(13.506)	42.330	40.344
Corrente					(11.914)	(7.750)	(11.914)	(7.750)
Diferido					357	(2.897)	357	(2.897)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>44.496</u>	<u>42.733</u>	<u>6.167</u>	<u>11.117</u>	<u>(19.890)</u>	<u>(24.153)</u>	<u>30.773</u>	<u>29.697</u>

Notas Explicativas

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas descritas na Nota 2 - Resumo das Principais Políticas Contábeis.

Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da administração.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

33 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

33.1 Base da transição

33.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

33.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

As demais isenções que são a isenção do benefício a empregados, a isenção das diferenças acumuladas de conversão e a isenção do valor justo como custo presumido não foram aplicadas pela Companhia, pois não houveram operações relacionadas a tais isenções.

33.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- . Reversão de ativos e passivos financeiros.
- . Participação de não controladores.

A exceção da contabilização de hedge não foi aplicada, pois não houveram operações relacionadas a tal exceção.

Notas Explicativas

33.2 Refazimento das demonstrações financeiras da controladora pela adoção dos CPC's pela primeira vez

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do resultado do período entre os CPC's e os IFRS

Conforme requerido pelo CPC 43, a administração reapresentou comparativos da controladora, com vistas a uniformizar as práticas contábeis com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. Essas mudanças de práticas afetaram o patrimônio líquido da controladora em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		
	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício
	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Saldo originalmente apresentado	150.600	130.807	29.697
Ajuste em Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais propostos	1.261	2.013	-
Saldo da controladora	<u>151.861</u>	<u>132.820</u>	<u>29.697</u>

(b) Apresentação dos resultados

Foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2009, em acordo com o CPC 26/IAS1, o valor de R\$ 3.070 de participações de empregados em R\$ 2.667 como despesas de vendas e R\$ 403 como despesas administrativas, o valor de R\$ 3.108 de participação de administradores em R\$ 2.637 como despesas de vendas e R\$ 471 despesas administrativas.

(c) Conciliação no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009 entre os CPC's e os IFRS

(i) Juros sobre capital próprio e dividendos

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 1.261 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarados após 1º de janeiro de 2010. Da mesma forma, o montante de R\$ 1.623 em 31 de dezembro de 2010 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(ii) Impostos diferidos

Em atendimento ao preconizado no CPC 26, foi reclassificado o imposto diferido do Circulante para Não Circulante.

Segue quadro abaixo com os ajustes no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009:

	Controladora			Consolidado				
	Apresentação anterior em 31 de dezembro de 2009	Ajuste Ativo diferido (ii)	Reclassificação ativos	Reapresentado 31 de Dezembro 2009	Apresentação anterior em 31 de dezembro de 2009	Ajuste ativo diferido (ii)	Reclassificação ativos	Reapresentado 31 de dezembro 2009
Ativo								
Circulante	276.250	1.444	63	274.743	283.975	1.690	63	282.222
Não Circulante	56.804	(1.444)	(63)	58.311	49.106	(1.690)	(63)	50.859
Total do Ativo	333.054			333.054	333.081			333.081
	Controladora			Consolidado				
	Apresentação anterior em 31 de dezembro de 2009	Dividendo excedente s/mínimo (i)		Reapresentado 31 de Dezembro 2009	Apresentação anterior em 31 de dezembro de 2009	Dividendo excedente s/mínimo (i)		Reapresentado 31 de dezembro 2009
Passivo								
Circulante	158.023	1.261		156.762	157.537	1.261		156.276
Não Circulante	24.431			24.431	24.944			24.944
Patrimônio Líquido	150.600	(1.261)		151.861	150.600	(1.261)		151.861
Total do Ativo	333.054			333.054	333.081			333.081

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.2, item (b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam a análise das demonstrações financeiras e do relatório anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer sem ressalva dos auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers, emitido em 24/03/2011, concluíram que os documentos acima, estão adequadamente apresentados em todos os seus aspectos relevantes, e opinam por unanimidade pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

PORTO ALEGRE, 25 DE MARÇO DE 2011.

JAIRO COELHO DA SILVA
CONSELHEIRO FISCAL

JOÃO VERNER JUENEMANN
CONSELHEIRO FISCAL

RUDOLFO JOSÉ MÜSSNICH
CONSELHEIRO FISCAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Dimed S.A. Distribuidora Medicamentos, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Julio Ricardo Andrighetto Mottin
Diretor Presidente

Denis Pizzato
Diretor Superintendente

Julio Ricardo Mottin Neto
Vice Diretor Superintendente

Roberto Coimbra Santos
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Luiz Antonio D'amado dos Santos
Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Dimed S.A. Distribuidora Medicamentos, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Julio Ricardo Andrighetto Mottin
Diretor Presidente

Denis Pizzato
Diretor Superintendente

Julio Ricardo Mottin Neto
Vice Diretor Superintendente

Roberto Coimbra Santos
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Luiz Antonio D'amado dos Santos
Diretor Comercial